

Senado vota hoje proposta que parcela pagamento de precatórios

Mudança sugerida na Constituição, que será examinada pelo Plenário em primeiro turno, institui prazo de dez anos para a quitação de débitos resultantes de processos instaurados até 31 de dezembro de 1999

PÁGINA 5



A obra de Freyre foi citada pelos senadores no Plenário como uma redescoberta do Brasil, ao desvendar as relações entre as diversas culturas

CENTENÁRIO DE GILBERTO FREYRE

Senadores prestam homenagem a Gilberto Freyre

Oito senadores ocuparam ontem a tribuna para destacar o caráter inovador da análise da sociedade brasileira feita pelo sociólogo Gilberto Freyre, cujo centenário de nascimento transcorreu no dia 15. Convidados e familiares prestigiaram a solenidade no Plenário do Senado.

PÁGINAS 6 E 7



SEMINÁRIO DISCUTE ÁGUA, O OURO DO SÉCULO XXI

PÁGINAS 2 E 3



Plenário aprova indicação de Teresa Grossi para o BC

PÁGINA 8

CAE

Everardo será ouvido sobre Código do Contribuinte

PÁGINA 4





Antonio Carlos agradeceu a presteza dos líderes em fazer as indicações

Definida a comissão que vai examinar o salário mínimo

O senador Antonio Carlos Magalhães, presidente do Senado, anunciou em Plenário, ontem, a composição da comissão especial que irá examinar a Medida Provisória 2.019, que dispõe sobre o salário mínimo que irá vigorar a partir de 3 de abril. São sete senadores e sete deputados.

Antonio Carlos anunciou, ainda, o calendário de funcionamento da comissão, que terá prazo até o dia 22 de abril para aprovar seu relatório final. A comissão será instalada hoje, quando termina o prazo para recebimento de emendas. Neste mesmo dia, a comissão deverá emitir o parecer sobre a admissibilidade da MP.

Segundo Antonio Carlos, a comissão tem prazo até o dia 7 de abril para apresentar seu relatório de mérito sobre a MP. O Con-

gresso Nacional disporá de mais 15 dias para aprovar o relatório final, o que estende o prazo até o dia 22 de abril. O presidente fez questão de agradecer a presteza dos líderes partidários em fazer as indicações para a comissão.

Integram a comissão, como titulares, os senadores José Jorge (PE) e Paulo Souto (BA), do PFL; Ney Suassuna (PB) e Jader Barbalho (PA), do PMDB; Sérgio Machado (CE), do PSDB; Heloísa Helena (AL), do Bloco PT-PDT, e Leomar Quintanilha (TO), do PPB, e os deputados Aécio Neves (MG) e Roberto Jefferson (RJ), do Bloco PSDB-PTB; Armando Monteiro (PE) e Geddel Vieira Lima (BA), do Bloco PMDB-PST-PTN; Luiz Antonio Medeiros (SP), do PFL; Paulo Paim (RS), do PT, e Ricardo Barros (PR), do PPB.

Senador comenta pedido em favor da medida provisória

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou ontem que não via como um "recado", dirigido a ele, o pedido do presidente da República para que o PFL demonstre sua fidelidade ao governo garantindo apoio à medida provisória que fixou o novo valor do salário mínimo.

— Eu não recebo recado, de maneira que, para mim, não foi. E o PFL também não recebe recado: o PFL é um aliado correto do presidente Fernando Henrique e examina todas as posições que o pre-

sidente manda para serem discutidas ou votadas na Casa. Agora, pelo PFL, quem fala é o (senador) Jorge Bornhausen — disse.

CPI

Antonio Carlos também respondeu às declarações de Nicéa Camargo — ex-esposa do prefeito de São Paulo, Celso Pitta — favoráveis a uma investigação sobre os bens do senador e a uma comissão parlamentar de inquérito sobre a prefeitura de Salvador:

— Em Salvador não precisa fazer CPI, porque não tem nenhuma Nicéa Pitta — afirmou.

ACM vê falta de critérios na transposição do São Francisco

Presidente do Senado alerta para ausência de estudos técnicos quanto à viabilidade técnica, econômica e ambiental da proposta

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, criticou ontem o projeto que determina a transposição de águas do rio São Francisco para beneficiar regiões do Nordeste Setentrional (semi-árido do Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará), alertando para a falta de estudos técnicos mais aprofundados sobre a matéria, com relação à viabilidade técnica, econômica e impacto ambiental da proposta.

Ao participar de seminário promovido sobre o tema pela Fundação Milton Campos, do Partido Progressista Brasileiro (PPB), em auditório da Câmara dos Deputados, o presidente do Senado debateu a questão com os deputados Marcondes Gadelha, da Paraíba, e José Carlos Aleluia, da Bahia. O ex-senador Jarbas Passarinho, presi-

dente da fundação, coordenou o encontro.

Na avaliação de Antonio Carlos, o Nordeste carece de um estudo profundo que gere um plano decenal sobre aproveitamento hídrico. "É incrível falar da transposição das águas do São Francisco sem um plano desses, que não se fez", observou, ao registrar que até agora existem apenas ações isoladas de governos nordestinos. A proposta que leva em conta apenas a transposição de águas do rio, acrescentou, não vai resolver o problema da seca.

Ele disse não acreditar que o projeto de transposição de águas do São Francisco, do modo como está sendo apresentado, tenha um custo total de R\$ 3 bilhões. "Garanto que custará três vezes mais", destacou, lembrando que projetos mais

simples e muito eficazes, como o da hidrovia daquele curso d'água, "custa entre 20 e 30 milhões de reais e não está sendo feito por falta de dinheiro".

O senador defendeu o estudo alternativo da transposição de águas do rio Tocantins para o São Francisco, como forma de atender às necessidades do semi-árido de boa parte do Nordeste, bem como a urgente aplicação da Lei de Águas nesse rio, atribuindo à Codevasf (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco) a condição de gestora desse curso d'água.

Após a intervenção do senador Antonio Carlos Magalhães, o deputado Marcondes Gadelha fez uma defesa veemente da necessidade e viabilidade do projeto de transposição de águas do São Francisco.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 29 DE MARÇO DE 2000

Antonio Carlos Magalhães
Presidente
15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PEC nº 90/99, que trata de precatórios; PLS nº 671/99 — Complementar (votação nominal), que altera dispositivos da Lei nº 5.172/66 (Código Tributário Nacional), da Lei nº 4.591/64 (Lei de Condomínios e Incorporações) e do Decreto-Lei nº 7.661/45 (Lei de Falências); Mensagem nº 85/2000 (votação secreta), pela qual o presidente da República submete à deliberação do Senado a indicação de Luiz Augusto de Castro Neves para exercer a função de embaixador do Brasil no Paraguai; PLS nº 679/99, que acrescenta parágrafo único ao art. 1.479 da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 (Código Civil); PLS nº 680/99, que estabelece a obrigatoriedade de publicação das demonstrações financeiras das sociedades por quotas, de responsabilidade limitada; e PDL nº 249/99, que aprova o ato que renova a outorga deferida à Rádio Taquara.
19h — Sessão conjunta do Congresso Nacional
Pauta: apreciação da MP nº 2.004-6, que institui o Programa de Recuperação Fiscal (Refis). Plenário da Câmara dos Deputados

COMISSÕES

18h — Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a MP nº 2.019, que dispõe sobre o salário mínimo a vigorar a partir de 3 de abril de 2000 — Pauta: instalação da

Comissão. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*
9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: diversas matérias, entre as quais emendas oferecidas em Plenário ao substitutivo do PLC nº 24/98, que dispõe sobre o piso salarial dos médicos e cirurgiões-dentistas; PLC nº 101/96, que define condições para lançamento de esgotos e a disposição de resíduos sólidos; PLC nº 73/96, revoga o art. 318 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); PLS nº 530/99 (decisão terminativa), que dispõe sobre a assistência pré-natal às gestantes e a realização obrigatória de exames complementares; PLS nº 660/99 (decisão terminativa), que torna obrigatória a concessão de emprego a pessoas portadoras de deficiência física; PLS nº 587/99 (decisão terminativa), que modifica o artigo 10, item II, alínea "a" da Lei nº 8.842/94, para priorizar o atendimento ao idoso na área de saúde; e PLS nº 262/99 (decisão terminativa), que altera o Decreto-Lei nº 986/69, introduzindo o conceito de alimento funcional.
Pauta extra: Mensagem nº 92/2000, que submete à apreciação do Senado a indicação de Luiz Milton Veloso Costa, para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: PLS nº 687/99, que define crimes de responsabilidade dos magistrados; PEC nº 61/99, que dá nova redação aos §§ 2º e 3º do art. 14 da Constituição federal; PLS nº 380/99, que altera dispositivo da Lei nº 9.503/97, de modo a permitir dispensa de exame de saúde a categorias profissionais especificadas; PLS nº 205/99, que acrescenta o parágrafo 1º, ao artigo 9º, da Lei nº 4.591/64; PLS nº 268/99, que dispõe sobre a estruturação e o uso de bancos de dados e disciplina o rito processual do *habeas data*; PLS nº 90/99, que dispõe

sobre a reprodução assistida; e PEC nº 66/99, que altera o art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias prorrogando, por dez anos, a aplicação, por parte da União, de percentuais mínimos do total dos recursos destinados à irrigação nas regiões Centro-Oeste e Nordeste. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

Após a Ordem do Dia — Reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: audiência pública com a finalidade de instruir o PLS nº 492/99, que modifica o art. 3º da Lei nº 4.771/65, disciplinando a supressão parcial da cobertura vegetal para desenvolvimento da aquicultura, com a presença de Marília Marreco Cerqueira, presidente do Ibama e Miriam Prochnow, representante da Rede Mata Atlântica. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

ESPECIAL

9h às 18h — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura realiza o seminário "Águas 2000 — Qualidade de Vida e Desenvolvimento", em comemoração ao Dia Mundial da Água. *Auditório Petrônio Portella*
12h — Cultura ao Meio-Dia
Filme: *Como enlaquecer seu chefe*, de Mike Judge. *Auditório Petrônio Portella*

Brasil 500



JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Bernardo Cabral: "Água é o ouro do século XXI"

A afirmação foi feita pelo senador durante a abertura do seminário "Águas 2000 – Qualidade de Vida e Desenvolvimento", promovido pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal

"A água é o ouro do século XXI." A frase, pronunciada pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM) na abertura do seminário "Águas 2000 – Qualidade de Vida e Desenvolvimento", retrata a importância dos recursos hídricos no futuro da Humanidade. Patrocinado pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), o evento teve início ontem no Auditório Petrônio Portella, no Senado.

Relator, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), do projeto de lei que trata da criação da Agência Nacional de Águas (ANA), Cabral lembrou que já há racionamento de água em Recife (PE) e Campina Grande (PB). Para ele, o Brasil tem de conter o desperdício de água por seus habitantes, para ele "um problema cultural absolutamente comprovado".

A presidente da CI, senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), destacou que o país tem 13% das reservas mundiais de água potável, sendo 70% na bacia amazônica. Para ela, a água é "um recurso estratégico tão ou mais importante que o petróleo ou os minérios" e sua utilização terá "um papel fundamental para a

constituição de um programa nacional de desenvolvimento".

O ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, defendeu a transposição de águas do São Francisco para o semi-árido nordestino. Ele citou estudos que prevêem um grande desequilíbrio da oferta hídrica a partir de 2001.

– Em termos simplistas, a questão é a seguinte: ou levamos água ou reduzimos a população da região – afirmou.

O ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, ressaltou a importância da criação da ANA. Segundo o ministro, a reunião da Comunidade Internacional de Recursos Hídricos, realizada em Haia (Holanda) na semana passada, concluiu que os países que melhor administram seus recursos hídricos são os que têm agências governamentais de controle. Ele lembrou que o projeto propondo a criação da agência foi aprovado na Câmara pela quase totalidade dos votos.

A realização do seminário foi aprovada pela CI a partir de requerimento do senador Paulo Souto (PFL-BA). O seminário terá oito mesas-redondas e um debate, encerrando-se hoje.

Secretário defende formação de gerentes ambientais

As cidades brasileiras precisam investir na formação de gerentes ambientais, disse o secretário municipal de Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento Econômico de São Carlos (SP), José Galísia Tundisi, na primeira palestra do seminário "Águas 2000 – Qualidade de Vida e Desenvolvimento".

Na opinião dele, esses administradores ambientais, que vão integrar as políticas de meio ambiente municipais, terão importância cada vez maior. Ele observou que a determinação das políticas a partir de bacias hidrográficas tem originado uma grande descentralização

sobre as decisões ambientais, com maior participação da comunidade.

Tundisi elogiou a nova legislação ambiental e a proposta de criação da Agência Nacional de Águas (ANA), já aprovada na Câmara dos Deputados e agora em tramitação no Senado.

– São avanços muito importantes para o país – afirmou.

O secretário defendeu a criação de um fundo de águas, "para alavancar recursos para novas tecnologias". Esse fundo, em sua concepção, seria constituído pela própria ANA e pelos ministérios da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente.

Exemplos de sucesso na preservação

Mudanças culturais e interação entre poder público e sociedade são fundamentais para o sucesso de políticas de proteção dos recursos hídricos, conforme os participantes do primeiro dia do seminário.

Para o presidente do Comitê de Bacias do Vale do São Francisco, José Teodomiro de Oliveira, o problema da seca no semi-árido nordestino deve ser enfrentado com melhoria dos recursos tecnológicos destinados à convivência da população com a natural escassez de água e com educação.

– É preciso aprender a conviver com a falta d'água e não viver na esperança das chuvas – disse Teodomiro.

Exemplos de respostas eficientes à falta de água foram mencionados nos debates e documentos que circularam no seminário. Um deles é o racionamento de água implementado em Campina Grande (PB) desde o final do ano passado. O programa impediu a utilização do conteúdo da represa do Boqueirão para irrigação, trata-

mento de animais e abastecimento de balneários. Apesar de bem sucedido, correu o risco de ser interrompido com a volta das chuvas, segundo artigo publicado na Revista Informativa da Associação Brasileira de Recursos Hídricos. Só foi mantido por pressão de entidades que não consideraram seguro normalizar o abastecimento sem que o reservatório voltasse ao volume adequado.

Paulo Canedo de Magalhães, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), relatou o caso da construção de uma barragem no rio Saraquí, na Baixada Fluminense. Foi difícil convencer os administradores municipais e a população de que as obras de contenção das águas – para prevenir enchentes – não deveriam ser feitas próximas às cidades, mas na cabeceira dos rios. Depois de amplo processo de esclarecimento, as obras foram realizadas, evitando a tragédia anual das cheias.



Seminário Águas 2000 de de Vida e Desenvol

Deputado Ubiratan Aguiar, Bezerra, Emilia, Sarney Filho, Cabral e Raymundo Carrido, na abertura do seminário

Técnicos criticam suspensão dos financiamentos

A suspensão dos financiamentos a companhias de saneamento, determinada pelo governo como parte do programa de ajuste das contas públicas, está prejudicando o meio ambiente e contribuirá para comprometer o fornecimento de água potável. Foi o que disseram vários representantes do setor de recursos hídricos na tarde de ontem durante o seminário.

Segundo o engenheiro Leonardo Levi, representante da Associação de Empresas de Saneamento Básico Estaduais (Aesbe), há um ano e meio o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) não empresta aos estados recursos para ampliação e reforma do sistema de canalização e tratamento de esgotos. Com isso, aumentam os riscos de poluição do solo e das águas dos rios que recebem efluentes sem tratamento.

– A situação é caótica. Queremos de volta esses recursos. Até porque os estados têm pago em dia o FGTS, apesar de não receberem novos financiamentos – disse o dirigente, que também pediu

aplicação mais eficiente dos recursos destinados ao saneamento básico no Orçamento da União.

Outro que reclamou do bloqueio dos recursos do FGTS foi o representante da Associação dos Serviços Municipais de Águas e Saneamento, Marcos Montenegro, que estimou em R\$ 4,7 bilhões a necessidade de investimentos anuais em saneamento. Ele citou declaração do ministro da Saúde, José Serra, em que o ministro criticou a inclusão dos financiamentos às companhias de saneamento no cálculo do déficit público, ao contrário do que ocorre nos países desenvolvidos.

Para o engenheiro José de Sena Júnior, consultor legislativo da Câmara dos Deputados, é necessário entender que investir na melhoria e ampliação dos sistemas de esgoto é mais barato do que gastar com a saúde curativa. Francisco Lobato, representante da Secretaria de Planejamento do Paraná, disse que facilmente se observa o aumento dos gastos com saúde e com a reparação de

danos provocados por enchentes quando diminuem os recursos para saneamento. Lobato argumentou que o bloqueio dos empréstimos é inconcebível para um setor que tem fonte certa de receitas – as tarifas – e pode provar sua capacidade de pagamento.

Os palestrantes e debatedores também analisaram o quadro complexo do gerenciamento de recursos hídricos, principalmente em razão do crescimento desordenado dos centros urbanos. O aglomerado de casas e edifícios, a pavimentação de ruas e calçadas e a escassez de grandes áreas verdes levam à excessiva impermeabilização do solo, o que causa enchentes.

O aumento da população também é responsável pelo estrangulamento dos serviços de escoamento e purificação de esgotos. Todos esses problemas, de difícil solução, tornam-se ainda mais graves porque já não se sabe onde começa e termina a responsabilidade deste ou daquele município, uma vez que geograficamente não estão mais separados.

Para diplomata, são vitais os interesses em jogo

O ministro Everton Vargas, chefe da Divisão do Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores, afirmou que o tratamento internacional dos recursos hídricos põe em jogo interesses vitais para o país.

Ao participar do seminário promovido pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado, ele informou que a política externa brasileira com relação ao meio ambiente, e em particular com respeito à água, tem se pautado no sentido de preservar a soberania e a integridade territorial do país, além de aperfeiçoar a cooperação e a convivência pacífica com todos os países, a começar pelas nações vizinhas.

Vargas destacou a preocupação da Divisão do Meio Ambiente do Itamaraty em contribuir para o aperfeiçoamento da legislação nacional, com respaldo nas

normas internacionais sobre recursos hídricos. Ele também ressaltou o interesse do Ministério das Relações Exteriores em buscar cooperação financeira e tecnológica internacional para que projetos de preservação ambiental sejam implementados, desde que não comprometam o esforço para a estabilização e o crescimento sustentável da economia.

Outra preocupação da ação diplomática, segundo ele, é assegurar a participação brasileira em situação condizente com o potencial hídrico do país nos organismos e conferências multilaterais que tratam da questão dos recursos hídricos. Nesse sentido, ele defendeu o fortalecimento das instituições nacionais que tratam dos recursos hídricos, para que passem a implementar políticas públicas no plano interno, com o objetivo de dar respaldo para a atuação

do Itamaraty no cenário internacional.

O geógrafo Marcos Aurélio Vasconcelos de Freitas, da Associação Brasileira de Recursos Hídricos, também tomou parte da mesa-redonda "Água e Relações Internacionais". Ele informou que o país desenvolve um sistema de alerta e monitoramento através de satélite, com o objetivo de detectar a degradação do meio ambiente e dos recursos hídricos, principalmente na Bacia do Prata e áreas fronteiriças da Amazônia.

O engenheiro Júlio Kettelhut, assessor da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, previu que a água deverá ser um instrumento de paz entre as nações e que somente através de um amplo entendimento é que o mundo poderá passar a ter uma legislação racional destinada à preservação dos recursos hídricos.



Com a decisão da CE, fica prejudicado projeto de Marina Silva que pretendia dar o nome de Chico Mendes ao mesmo aeroporto

Oscar Passos deverá dar nome a aeroporto internacional de Rio Branco

O Aeroporto de Rio Branco, capital do Acre, deverá ter seu nome alterado para "Aeroporto Internacional Senador Oscar Passos", conforme projeto terminativo do senador Nabor Júnior (PMDB-AC), aprovado ontem pela Comissão de Educação. Se não for apresentado recurso para apreciação da matéria pelo Plenário, ela seguirá diretamente para a Câmara dos Deputados.

O senador Gerson Camata (PMDB-ES), que relatou a proposta favoravelmente, esclareceu que o aeroporto continuará a ser identificado como Aeroporto Internacional de Rio Branco nas cartas aeronáuticas, mapas e códigos, entre outros documentos. A aprovação da proposta inviabiliza projeto da senadora Marina Silva (PT-AC), que propunha dar o nome do ambientalista Chico Mendes àquele aeroporto.

Relator do projeto de Marina, o senador Agnelo Alves (PMDB-RN) pediu desculpas à senadora por-

que, segundo ele, o projeto dela não foi enviado a tempo para entrar na pauta das matérias da Comissão de Educação, apesar do seu parecer ser favorável.

A senadora afirmou que lamentava a "manobra regimental" que impediu a apreciação do seu projeto pela CE. Ela também divergiu do senador Nabor Júnior, quando este observou que Chico Mendes já havia recebido diversas homenagens importantes no Acre: uma reserva extrativista com um milhão de hectares, um parque ecológico, um bairro em Boa Vista e uma escola municipal, todos com o nome do ambientalista.

ACUPUNTURA

Na mesma reunião, o senador Geraldo Althoff (PFL-SC) apresentou substitutivo a projeto da Câmara que regulamenta o exercício profissional da acupuntura. Após a leitura do parecer, o presidente da CE, senador Freitas Neto (PFL-PI), concedeu vista coletiva da matéria.

CE outorga permissões para funcionamento de emissoras

Em reunião presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), a Comissão de Educação aprovou ontem sete projetos de decreto legislativo renovando a concessão de três emissoras de rádio e outorgando permissão para o funcionamento de outras quatro. As matérias vão agora ao Plenário.

Tiveram a concessão renovada

a Fundação Cultural de Aratiba (RS), a Rádio Paulista (PE) e a Rádio Parnaíba (GO). Foram outorgadas permissões à Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Nordeste do Estado (RS), à Fundação Educativa de Radiodifusão Professor Lourenço Filho (SP), à Rádio Correio do Vale (PB) e à Fundação Educacional do Município de Assis (SP).

Parecer de Jefferson é favorável à Lei de Responsabilidade Fiscal

Relator defende aprovação do projeto apenas com emendas de redação. Matéria deve ser votada na CAE na próxima terça-feira

Os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) pediram ontem vista coletiva do projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal. A matéria volta a ser discutida na comissão na próxima terça-feira. O relator da proposta, senador Jefferson Péres (PDT-AM), apresentou parecer favorável ao texto já aprovado pela Câmara dos Deputados e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado. Ele apresentou apenas três emendas de redação, que, segundo explicou, corrigem erros de técnica legislativa e de constitucionalidade da proposta.

O projeto, observou o relator, "será veículo de importante inovação estrutural para a administra-

ção pública e só não está perfeito porque resta oferecer um tratamento adequado à prestação de aval oficial a mini e pequenos empreendedores urbanos e rurais em suas operações de crédito". Jefferson explicou que não corrigiu o problema agora para evitar que o projeto volte à Câmara.

— Não podemos correr o risco de adiar a votação dessa matéria em um ano eleitoral, quando sabemos que, a partir de junho, o ritmo dos trabalhos legislativos diminui. O governo poderá mandar um projeto para fazer a modificação e pedir urgência constitucional na sua apreciação — sugeriu Jefferson.

Os membros da CAE também debateram outros projetos da pauta

que continuarão a ser examinados nas próximas reuniões. Um deles estabelece que o valor das benfeitorias executadas com recursos públicos não será ressarcido nas desapropriações de terras para fins de reforma agrária. O projeto é originário da Câmara e foi relatado favoravelmente pelo senador Lúcio Coelho (PSDB-MS).

Outra proposta, que trata da multa de mora decorrente do pagamento de tributos federais e contribuições em atraso, foi retirada a pedido do autor, senador Francelino Pereira (PFL-MG), que explicou estar a matéria sendo tratada, de forma mais completa, em outro projeto que tramita na Câmara dos Deputados.



Os integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) pediram vista coletiva do projeto

Everardo virá ao Senado para debater proposta de Código do Contribuinte

O secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, participará, em data a ser marcada, de audiência pública que será promovida pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para debater o projeto de lei do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que institui o Código de Defesa do Contribuinte.

A matéria está sendo relatada pelo senador Edison Lobão (PFL-MA). Ele concordou com a idéia de convocação de Everardo, sugerida pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE) para aprofundar o estudo do tema.

Além do secretário da Receita

serão convidados três secretários de Fazenda, representando os estados, o Distrito Federal e os municípios. Por sugestão do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), também deverá participar dos debates um representante dos contribuintes. "Precisamos ouvir aquele que é o maior interessado nos direitos e garantias do contribuinte", declarou Alcântara.

Os senadores da CAE aprovaram a realização de outra audiência pública, esta com a presença do diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro do Banco Central, Sérgio Darcy da

Silva Alves, para tratar do projeto do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) que institui a Conta-Pagamento Padrão. Ela poderá ser utilizada pelo trabalhador para a retirada do salário sem que ele tenha que pagar qualquer tipo de tarifa bancária para isso.

O projeto recebeu parecer favorável do relator, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que apresentou substitutivo, mas recebeu voto em separado contrário do senador Bello Parga (PFL-MA), que entende já existir, na legislação atual, mecanismo que contempla a intenção de Geraldo Cândido.

Senado vota nova fórmula para precatórios

Proposta, originária da Câmara dos Deputados, disciplina o pagamento das dívidas judiciais do governo, prevendo o parcelamento em até dez anos dos débitos resultantes de processos instaurados até 31 de dezembro do ano passado

O Senado vota hoje, em primeiro turno, a proposta de emenda constitucional que disciplina o pagamento de precatórios judiciais, prevendo o parcelamento, em até 10 anos, dos débitos resultantes de processos instaurados até 31 de dezembro de 1999.

Será apreciado também projeto de lei complementar de iniciativa da CPI do Judiciário que altera o Código Tributário, a Lei de Condomínios e a Lei de Falências, para determinar que os créditos relativos à aquisição de unidades residenciais, assim como os trabalhistas, terão prioridade sobre os créditos tributários, nas falências de construtoras ou incorporadoras.

A proposta sobre precatórios, oriunda da Câmara, é uma "for-

ma engenhosa", na avaliação do senador Edison Lobão (PFL-MA), de permitir ao poder público pagar os títulos emitidos para o cumprimento de sentenças judiciais. Relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidades

— O que se está procurando é uma forma para que o poder público cumpra a sua parte, o que não vem conseguindo porque não tem recurso. Está se abrindo um prazo de 10 anos para o estoque atual dos precatórios não pagos e ajuizados até 31 de dezembro. A partir daí, vol-



Lobão: fórmula irá permitir a poder público "cumprir sua parte"

ta-se ao corpo da Constituição permanente, ou seja, pagar no ano seguinte — explicou Lobão.

Já o projeto da CPI do Judiciário vai resultar em maior segurança para os compradores de imóveis na planta. Quando da falência de uma incorporadora, como aconteceu com a Encol, os compradores de apartamentos não ficarão aguardando muito tempo para receber o que pagaram. Esses créditos terão prioridade tanto quanto os trabalhistas e deverão ser pagos com preferência sobre os créditos tribu-

tários. Isso porque a CPI entendeu ser injusta a atual ordem com que os créditos são pagos nas falências.

Outros dois projetos que deverão ser votados na reunião de hoje foram apresentados pela CPI do Sistema Financeiro. Um deles retira da abrangência do Código Civil os contratos em que a liquidação ocorre pela diferença entre o preço ajustado e a cotação que tiverem no vencimento do ajuste. A CPI alegou a necessidade de atualizar a lei para evitar a contradição ensejada pelas regras gerais e pelas regras específicas concernentes aos contratos negociados em bolsas.

Também alterando o Código Civil, outro projeto obriga as sociedades constituídas por quotas

de responsabilidade limitada a publicarem, com base na escrituração mercantil, demonstrações financeiras que, complementadas por notas explicativas, expressem com clareza sua posição patrimonial e financeira e as mudanças ocorridas no exercício.

A CPI do Sistema Financeiro concluiu que essas empresas, por não serem estruturadas na forma de sociedades anônimas, não divulgam os dados necessários para que investidores tenham acesso à sua efetiva situação financeira. "É fundamental que as informações básicas das empresas sejam transparentes para toda a sociedade", prega em defesa do projeto o relator da CPI, senador João Alberto Souza (PMDB-MA).

CAS aprecia projeto que pune lançamento de esgoto sem tratamento adequado

Projeto que proíbe o lançamento final de esgotos sanitários e industriais, sem tratamento adequado, no solo e águas será apreciado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) hoje, em reunião que começa às 9h. Já aprovada pela Câmara, a matéria recebeu parecer favorável do senador José Alencar (PMDB-MG).



José Alencar: alta produção de resíduos ameaça população

Na análise que fez do projeto, José Alencar ressaltou a importância do controle da coleta e depósito de lixo, alertando para o fato de que a alta produção de resíduos verificada atualmente coloca em

risco a saúde pública e o meio ambiente. Ele reconheceu que a proposta não resolve completamente o problema que, "por ser complexo, necessita de outras estratégias de combate", mas avaliou que trata-se de um primeiro e importante passo nesse sentido.

A CAS, presidida pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR), também examina projeto obrigando as empresas privadas a reservarem 3% das vagas para portadores de deficiência. A iniciativa de Luiz Estevão (PMDB-DF) limita a obrigatoriedade às empresas que tenham mais

de 100 funcionários e proíbe as infratoras de receberem empréstimos em estabelecimentos de crédito oficiais. O relator Antero Paes de Barros (PSDB-MT) elaborou substitutivo mantendo os percentuais já previstos em lei (de 2% a 5%), introduzindo apenas a penalidade para as infratoras.

Ainda na pauta, consta projeto que prevê a realização de exames de Aids, hepatite, sífilis e toxoplasmose durante assistência pré-natal recebida por gestantes. De autoria de Tião Viana (PT-AC), a matéria recebeu substitutivo de Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) que estendeu à esfera privada os benefícios restritos no projeto original às mulheres atendidas pelo Sistema Único de Saúde.

CCJ debate controle de informações cadastrais

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprecia hoje, a partir das 10h, projeto que define normas para a proteção das informações pessoais contidas em bancos de dados de empresas e órgãos públicos. O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), autor da proposição, lembra que 14 países eu-



Lúcio Alcântara: 14 países já aprovaram legislação sobre o tema

ropeus já aprovaram legislação sobre o assunto, tendo em vista a rápida expansão de tais sistemas, por causa das facilidades propiciadas pela informática.

Alcântara teme que os bancos de dados coloquem em risco informações sigilosas de pessoas e empresas, especialmente os "dados pessoais restritos, como opiniões políticas e religiosas, crenças e ideologias, saúde física e mental, vida sexual, registros policiais e outros". O projeto garante a uma pessoa acesso a todos os dados a seu respeito, além do direito de completá-los ou corrigi-los. No caso da recusa da instituição de fornecer as informações, ou de corrigi-las, a pessoa poderá utilizar o *habeas data*, garantia constitucional pela qual terá acesso às informações e até a sua correção.

A CCJ, presidida pelo senador José Agripino (PFL-RN), também deve examinar parecer do senador Jefferson Péres (PDT-AM) rejeitando emenda apresentada a projeto que define os crimes de responsabilidade dos magistrados. Jefferson ofereceu um substitutivo à matéria original aprovada em janeiro pela CCJ. Depois da decisão da comissão sobre o parecer, a matéria seguirá para exame do Plenário.

Além dos delitos previstos no artigo 95 da Constituição e na Lei 1.079/50, o projeto de autoria do senador Paulo Souto (PFL-BA) tipifica como crimes de responsabilidade, por exemplo, o extravio de processo ou documento e o desrespeito a regras jurisdicionais ou de competência para favorecer uma das partes em processo judicial. Também será considerado crime de responsabilidade condenar a Fazenda Pública em ação de desapropriação, ou em qualquer tipo de ação, ao pagamento de indenização flagrantemente desproporcional ao preço de mercado do bem imóvel.

Audiência pública discute criação aquática planejada

Projeto da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), disciplinando a supressão parcial de coberturas vegetais para a criação de animais e plantas aquáticas será debatido em audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais hoje, às 17h. A presidente do Ibama, Marília Marreco, e a representante da ONG Rede Mata Atlântica, Míriam Prochnow, vão debater o assunto com os senadores.

A supressão vegetal é prevista no projeto em três hipóteses: em caráter parcial, para implantação de projetos de produção de pescado; na utilização em projetos produ-

vos nas antigas áreas ocupadas por salinas ou viveiros de peixe, e quando necessária à execução de obras de utilidade pública, executados empreendimentos imobiliários.

A iniciativa de Maria do Carmo determina que a supressão vegetal só poderá ser feita com autorização prévia do Ibama. Além disso, garante a preservação de 90% das áreas de manguezais do país. O objetivo,



Maria do Carmo: passo para o desenvolvimento sustentável

diz a senadora, é desenvolver a aquicultura sem provocar danos ambientais:

— A proposta representa um passo importante no esforço para tornar concreto o conceito de desenvolvimento sustentável, contribuindo para a redução dos problemas sociais e econômicos que afligem as populações concentradas nas regiões costeiras.



CENTENÁRIO DE GILBERTO FREYRE

Senadores homenageiam memória de Gilberto Freyre

O Senado prestou ontem uma homenagem ao sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, pelo centenário de seu nascimento, transcorrido no dia 15. O requerimento nesse sentido foi do senador José Jorge.

Convidados e familiares prestigiaram a solenidade, entre eles o vice-presidente Marco Maciel, o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, e o filho de Gilberto Freyre, Fernando de Mello Freyre, atual presidente do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, criado pelo sociólogo.

Os oito senadores que ocuparam a tribuna ressaltaram o caráter inovador da análise de Freyre sobre a sociedade brasileira. O senador Eduardo Suplicy, por exemplo, ressaltou a importância do trabalho do sociólogo para a compreensão da formação do país e de sua cultura. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse que Gilberto Freyre pode ser considerado um dos descobridores do Brasil, tendo uma obra universal justamente por ter se dedicado a analisar aspectos regionais, renovando os estudos sociais brasileiros.

José Jorge resalta atualidade e espírito anti-racista da obra

Ao discursar em homenagem ao sociólogo Gilberto Freyre, o senador José Jorge (PFL-PE) ressaltou o caráter anti-racista da obra de seu conterrâneo, lembrando que o combate às idéias racistas e arianistas, que caracterizaram o Estado Novo, chegou a levar o sociólogo à cadeia, em 1942.

— Num momento de plena efervescência de concepções eugenistas e obscurantistas — exemplificadas em grau extremo pelo nazismo — surge, em 1933, o livro *Casa Grande & Senzala*, em que ele celebra a formação do Brasil como fusão de três raças — lembrou o senador.

Para José Jorge, a maior contribuição de Freyre foi ensinar o Brasil a se pensar de maneira original. Ele destacou que, com seu estilo “preciso e esparramado, generoso e envolvente, bem típico dos trópicos”, Gilberto Freyre foi o primeiro a considerar a contribuição do ne-



José Jorge

gro e do índio como agentes civilizadores que marcaram o país.

O senador lembrou que a idéia de Freyre sobre uma democracia racial brasileira foi criticada nos anos 70 por correntes ligadas às lutas do movimento negro. Na avaliação do senador, as análises de Freyre não negam a persistência de discriminações, mas asseguram que o brasileiro tem condições de superá-las, pois a miscigenação — tanto étnica quanto cultural — “situa-se no âmago da experiência histórica brasileira”.

José Jorge afirmou que *Casa Grande & Senzala* representou um segundo descobrimento do Brasil, e que, além de inédita, a visão de Gilberto Freyre permanece atual. “Sua obra tem a atualidade dos verdadeiros clássicos, bem como a riqueza e diversidade de idéias e ensinamentos que os caracterizam”, frisou.

Roberto Freire lembra caráter polêmico e inventivo

O senador Roberto Freire (PPS-PE) destacou o caráter polêmico de Gilberto Freyre ao homenageá-lo na sessão solene que comemorou o centenário de nascimento do sociólogo e historiador pernambucano.

— Estudioso que marcou uma geração e inscreveu seu nome nas histórias e nos portais majestosos da inteligência, Gilberto Freyre foi sempre um polêmico e, por isso, não me alinho, para poder homenageá-lo, ao lado daqueles que falam em sua redescoberta, porque, para nós, ele nunca foi um estranho. Também não o mítico e não o renego — afirmou.

Para Roberto Freire, destaca-se no sociólogo o homem inventivo, autor de uma obra que marcaria o debate acerca da cultura e nacionalidade brasileiras e que ajudou a derrubar a



Roberto Freire

idéia de que o Brasil estaria condenado ao atraso pela mistura do branco, do negro e do índio.

O senador lembrou que, nas décadas de 30 e 40, Gilberto Freyre era vinculado ao pensamento libertário, mas a partir dos anos 50 “deu uma incompreensível guinada para a direita”.

Nos anos 60, prosseguiu o senador, ele fazia críticas ferozes às esquerdas, particularmente aos comunistas.

Apesar do posicionamento crítico, o senador assinalou que Gilberto Freyre merece todos os discursos em seu louvor. “Com a humildade devida, mas com a ‘pernambucanidade’ de que ele tanto gostava, tenho orgulho de ser pernambucano como Gilberto Freyre”, salientou.



Os senadores que ocuparam a tribuna ressaltaram o caráter inovador da análise de Gilberto Freyre sobre a realidade brasileira

Para ACM, escritor pode ser comparado aos descobridores do Brasil

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, comparou o escritor, sociólogo e historiador pernambucano Gilberto Freyre aos descobridores do Brasil, ao discursar em homenagem ao centenário de seu nascimento. A obra de Freyre, afirmou, conquistou a universalidade ao aprofundar aspectos regionalistas, e sua originalidade renovou os estudos sociais brasileiros ao analisar



Antonio Carlos

fontes documentais não ortodoxas, como alimentação, vestimentas e mobílias.

— Foi sua uma das mais significativas contribuições para formar esse vasto corpo de dados, fatos, estudos, ensaios e teorias que constituem, no conjunto da cultura nacional, o que, com muita propriedade e felicidade, se batizou de “brasílica” — disse o senador.

Antonio Carlos classificou o livro mais conhecido de Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala*, publicado em 1933, como referência básica para qualquer tentativa de compreensão da realidade brasileira, ao lado de *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda (1936), e *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Júnior (1942). “Aliás, não foi por outro motivo que um crítico como Antonio Cândido, em comparação muito apropriada, chamou estes três autores de demiurgos do Brasil”, assinalou o presidente do Senado.

Wilson vê contribuição para o autoconhecimento do país

Ao apontar que o maior legado deixado por Gilberto Freyre foi a visão positiva sobre a sociedade miscigenada brasileira, especialmente sua noção de que o negro aculturou o branco através da culinária, da educação informal e da fala, Carlos Wilson (PPS-PE) considerou que a obra de desmitificação da cultura nacional iniciada por Freyre ainda está por se completar. O senador discursou em homenagem ao centenário do sociólogo.

— Somos obrigados a reconhecer que a barreira do preconceito subsiste em nossa sociedade. Os



Carlos Wilson

negros continuam a ser mais frequentemente pobres e miseráveis, costumam apresentar os piores índices de escolaridade, de expectativa de vida, menores salários e, nesta época de dificuldades econômicas, maiores índices de desemprego — disse.

Para o senador, ao valorizar o negro e o indígena, rejeitando a visão eurocêntrica dominante na elite brasileira de então, o sociólogo pernambucano contribuiu para o autoconhecimento do país, “condição necessária para o amadurecimento equilibrado tanto

dos indivíduos quanto das nações”.

Na opinião de Carlos Wilson, a cultura multirracial brasileira está baseada na tolerância, característica que colocaria o país como antecipador das atuais tendências de globalização cultural, “campeão na aceitação da diversidade e das diferenças”.

Em agradecimento e elogio a vários intelectuais pernambucanos que prestaram sua homenagem a Gilberto Freyre, o senador pediu a transcrição de depoimentos prestados por Fernando Antônio Gonçalves, Roberto Aguiar, Roberto Pereira, Margarida Cantarelli, José de Souza Alencar, Sebastião Vila Nova e Francisco Brennand.

Alcântara destaca importância do pensamento social de Gilberto Freyre

Ao prestar sua homenagem pelo centenário do nascimento de Gilberto Freyre, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) disse que a morte do sociólogo pernambucano, em 18 de julho de 1987, significou para o Brasil e o mundo a perda de um dos seus mais importantes pensadores sociais. Serve como alento, frisou o senador, o fato de que a obra, idéia, métodos, conceitos e espírito pioneiro de Freyre continuam a propagar na alma brasileira a certeza de que “nossa cultura, longe de ser o obstáculo de nosso progresso, é a única solução para o alcance de nossa verdadeira independência”.

O senador afirmou que *Casa Grande & Senzala*, considerado o principal livro de Gilberto Freyre, se inscreve no rol das obras-primas da sociologia e da antropologia brasileiras. Lúcio Alcântara lembrou que

a tese principal do livro é o resgate do valor da miscigenação racial como experiência civilizatória essencial para o conhecimento da sociedade brasileira.

– Freyre desmonta, com uma análise fina e muito profunda de nossa gênese cultural, os pilares dos paradigmas que sustentavam a tese da eugenia e da limpeza racial. O patriarcado, a economia açucareira e a miscigenação racial vão compor o forte arcabouço sobre o qual se erguerá o dinamismo harmônico da cultura brasileira – comentou Alcântara.

A trajetória acadêmica de Gilberto Freyre também foi citada por Lúcio Alcântara, a partir da conclusão do curso de bacharel em Ciências e Letras, em 1917, quando foi es-



Lúcio Alcântara

colhido orador da turma. Em 1920, relatou o senador, Freyre bacharelou-se em Artes na Baylor University, no Texas, e dois anos depois concluiu o curso de mestrado em Ciências Sociais, na Columbia University, de Nova York.

Alcântara também registrou a passagem de Freyre pelo Congresso, primeiro como deputado constituinte, em 1946, e depois na primeira legislatura, concluída em 1951, “com participação fundamental para o aperfeiçoamento do projeto da Constituição”. O senador também lembrou que por duas vezes a Organização das Nações Unidas (ONU) solicitou ao sociólogo brasileiro pareceres sobre os conflitos raciais na União Sul-Africana.

Francelino exalta análise da formação do brasileiro

Lembrar uma conferência proferida por Gilberto Freyre no dia 16 de julho de 1946 no diretório acadêmico da Faculdade de Direito de Minas Gerais, a Casa de Afonso Pena, em Belo Horizonte, foi a forma utilizada pelo senador Francelino Pereira (PFL-MG) para



Francelino Pereira

homenagear o centenário de nascimento do sociólogo pernambucano. O tema foi “Minas, os mineiros e a mineiridade”. Segundo Francelino, que na época presidia o diretório, a vocação de Minas para a democracia, para a ordem e para a liberdade impressionava o sociólogo.

Francelino Pereira registrou que, embora Gilberto Freyre tivesse apenas 46 anos na noite em que fez a conferência em Belo Horizonte, já era famoso no Brasil e no exterior

pela autoria de *Casa Grande & Senzala* e de *Sobrados e Mocambos*, as duas primeiras obras da trilogia *História da Sociedade Patriarcal no Brasil*, que seria completada em 1959 com o livro *Ordem e Progresso*.

– Em sua famosa trilogia nos deparamos com uma lúcida análise da formação do povo brasileiro, desde os tempos pré-nacional e colonial, a transição ocorrida com a vinda da corte portuguesa até o fim do Segundo Império e as mudanças decorrentes do surgimento da República, análise que se estende até meados da década de 20 – destacou.

O senador por Minas Gerais ressaltou que, ao escrever sobre a realidade social brasileira, Freyre não recorreu aos

chavões ou regras de natureza econômica ou política, nem a gráficos, estatísticas ou técnicas, mas apenas descreveu o povo, o cotidiano doméstico das pessoas, a higiene caseira, o lazer dos homens e mulheres, sua forma de vestir e de se alimentar.

Na opinião de Francelino Pereira, Gilberto Freyre registrou uma espécie de história da vida privada, que, embora escrita há quase 70 anos, ainda é significativa ao transmitir os elementos fundamentais da vida econômica e social do Brasil do início do século.

– Ele foi, a um só tempo, historiador, antropólogo, cientista e escritor, pois só um escritor seria capaz de descrever com riqueza e criatividade os costumes do povo, que é o ator principal da vida social – completou.

Suplicy: desigualdade retratada em Casa Grande & Senzala permanece



CENTENÁRIO DE GILBERTO FREYRE

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) destacou “a coincidência feliz” da comemoração do centenário de Gilberto Freyre no ano 2000, juntamente com os 500 anos do descobrimento, porque

ele também foi um descobridor do Brasil.

– Ao desvendar as relações entre as diversas culturas, ele também descobriu o nosso país. De uma maneira peculiar e controversa, ele mostrou com genialidade os elementos formadores da sociedade brasileira – afirmou.

Na avaliação de Suplicy, a sociologia ganhou sistematização com Gilberto Freyre, produzindo um discurso próprio, fundamental para a compreensão da gênese de uma sociedade e de uma cultura eminentemente brasileiras. A importância histórica de *Casa Grande & Senzala*, segundo o senador, “reside na genialidade da descrição do complexo patriarcal e na identificação da combinação de traços culturais que

serviram de base para a formação de um povo”.

– O que chama a atenção, depois de tantos anos, é ainda termos uma questão tão presente: a de um Brasil de desigualdades, arraigado nas tradições dominadoras sem que se verifique intercomunicação entre seus extremos de cultura, antagônicos e por vezes explosivos, tão bem descritos por Freyre – disse o senador.

Suplicy traçou um paralelo entre as críticas que o presidente Fernando Henrique Cardoso fazia a Gilberto Freyre por seu apoio ao governo Castello Branco, em 1964, e as atuais posições que o presidente defende e que chocam muita gente.

– Melhor governo ele fará se se dispuser a ouvir de perto o que o povo tem tido vontade de lhe dizer nas ruas. Talvez possamos dizer do presidente o que ele próprio disse de Gilberto: o que importa mais é que teve a audácia de pensar e o fez com grande competência – concluiu o senador.



Eduardo Suplicy

Poema de Marina mostra como sociólogo via o país

Convencida de que a homenagem que prestaria em Plenário ao sociólogo Gilberto Freyre poderia se tornar repetitiva em relação aos pronunciamentos dos senadores que a antecederam, a senadora Marina Silva (PT-AC) decidiu-se por fazer a leitura de um poema que escreveu enquanto aguardava o momento de se manifestar. Esta foi sua percepção “do que falou” Gilberto Freyre aos brasileiros.



Marina Silva

*Falei para além do meu tempo,
Vendo o Brasil por dentro,
Do espinho até a flor.*

*Falei para além de minha classe
De fidalgos e doutores.
Fundei e fiz minha história,
Com lógica e contradição,
Erro no qual só incorrem
Aqueles que pisam o chão.”*

*“Falei da casa que era grande,
Grande, mas pequena em amor.
Falei da que não era casa,
Senzala cheia de dor.
Falei de mitos, raças,
De escravos e senhores.*



Grossi é aprovada para dirigir Fiscalização do BC

Nome indicado pelo presidente da República provoca polêmica em Plenário mas passa com 45 votos contra 27 contrários e três abstenções. Governo ressalta que diretora mereceu confiança de FHC, Malan e Armínio Fraga

Por 45 votos favoráveis, 27 contra e 3 abstenções, em votação secreta, Teresa Grossi foi aprovada pelo Senado para dirigir a Diretoria de Fiscalização do Banco Central, conforme indicação do presidente da República. Na semana passada, quando seu nome foi votado pela Comissão de Assuntos Econômicos, ela anunciou que, em sua administração, dará prioridade ao Departamento de Combate a Ilícitos Cambiais e Financeiros.

Na sabatina a que foi submetida na CAE, Teresa Grossi pediu a colaboração do Congresso na aprovação de leis necessárias ao melhor

desempenho da vigilância sobre o sistema financeiro. Ela afirmou que a fiscalização de 196 bancos, 513 outras instituições bancárias, 2.500 fundos de investimentos, mais de 1.200 cooperativas de crédito e cerca de 400 administradoras de consórcios é feita com grande dificuldade.

Em defesa da indicação, o senador Edison Lobão (PFL-MA) lembrou que três das mais altas personalidades do país vêm em Teresa Grossi as qualidades essenciais para dirigir a fiscalização do sistema bancário do país – o presidente Fernando Henrique Cardoso, o minis-

tro da Fazenda, Pedro Malan, e o presidente do Banco Central, Armínio Fraga.

Alegando que ela foi enquadrada pelo relatório da CPI que apurou irregularidades no Sistema Financeiro, os senadores de oposição se manifestaram contra a indicação, a maioria dizendo não entender por que o presidente da República escolheu exatamente este nome para dirigir a fiscalização exercida pelo BC. A questão mais inquietante para eles consistia no fato de que a fiscalização do BC vai ser dirigida exatamente por uma pessoa que participou da operação de socorro aos



bancos Marka e FonteCindam, considerada irregular pela CPI.

Oposição tentou adiar votação mas nome de Grossi recebeu os votos favoráveis de 45 senadores

Líderes do governo defendem nome

Ao encaminhar a votação, o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) fez questão de citar reportagens de jornais e declarações de vários senadores que, na CPI, a defenderam e elogiaram sua competência. “A verdade é que Teresa Grossi demonstrou cabalmente não ter participado do processo decisório que resultou no possível favorecimento de bancos durante a mudança cambial”.

Para Arruda, a decisão do BC foi, no mínimo, imprópria. “Mas não podemos aceitar que uma funcionária de carreira, sem

responsabilidade decisória, possa vir a pagar o pato pelas conseqüências de uma decisão da diretoria do Banco Central, que ela sequer influenciou”, disse.

O líder do PSDB no Senado, Sérgio Machado (CE) fez questão de dizer que Teresa Grossi tem uma trajetória carreira brilhante no BC e, por seus méritos, foi indicada pelo presidente para o cargo de diretora de Fiscalização. “De seu depoimento na CPI ficou claro não ter participado de decisões polêmicas sobre câmbio. A comissão, aliás, não a indiciou”, enfatizou.

Oposição tentou evitar a votação

Os senadores Roberto Freire (PPS-PE), José Eduardo Dutra (PT-SE), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Pedro Simon (PMDB-RS) apresentaram argumentos contrários à indicação de Teresa Grossi à direção do Departamento de Fiscalização do Banco Central:

– Esqueçam-se o relatório da CPI, os critérios para definir “reputação ilibada” e qualquer julgamento sobre a honestidade pessoal da funcionária. O problema todo é que, aprovando a indicação, o Senado está designando uma cidadã sobre a qual recaí indiciamento solicitado pelo Ministério Público e aceito pela

Justiça. O processo continua – avisou Freire.

Trechos do relatório da CPI foram lidos por Suplicy para mostrar que Grossi participou ativamente da operação de socorro aos bancos Marka e FonteCindam. Simon confirmou a Arruda que de fato, na CPI, elogiou a coragem da funcionária mas, com o depoimento do superintendente da Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F), Simon disse ter verificado que Teresa Grossi mentiu. “Ela fez a missão suja de limpar a decisão tomada pela diretoria do Banco Central e agora está sendo promovida”, frisou.

OPINIÕES OPINIÕES OPINIÕES OPINIÕES OPINIÕES OPINIÕES OPINIÕES OPINIÕES

Antes e depois da votação secreta, vários senadores se manifestaram contra e a favor da indicação feita pelo presidente da República.

Para Eduardo Suplicy (PT-SP), a votação deveria ter sido sustentada pelo senador Antonio Carlos Magalhães, em razão dos argumentos apresentados pela oposição. “Se assim proceder, será respeitado pela opinião pública, pelo próprio presidente Fernando Henrique Cardoso, pelo procurador-geral da República e pelos demais procuradores”, pediu ele, antes da votação.

Roberto Saturnino (PSB-RJ) afirmou que a indicada não preenche o requisito de reputação ilibada exigido para o cargo, em razão das suspeitas que a CPI levantou. “Por que submeter o Senado a esse vexame?”, questionou.

Heloísa Helena (PT-AL) sustentou que Grossi foi enquadrada pela CPI em

todas as irregularidades que beneficiaram os bancos Marka e FonteCindam. Conforme Heloísa Helena, a reputação de Teresa Grossi não foi considerada ilibada pelos senadores da CPI.

Emília Fernandes (PDT-RS) observou que os resultados da CPI indicaram provas consistentes de que houve favorecimento e prejuízos ao erário patrocinado pelo Banco Central no caso.

Para José Eduardo Dutra (PT-SE), os líderes governistas fugiram do debate recorrendo a “malabarismos semânticos”. Quanto à acusação de que a oposição estava execrando a imagem pública de uma funcionária exemplar e competente, Dutra responsabilizou o presidente da República pela execração, pois “insistiu na indicação quando setores de sua base inicialmente reagiram e, de-

pois, de repente, mudaram de posição”.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) salientou que não havia condições para a indicação. Para ele, o Senado está enterando pela segunda vez a CPI dos Bancos. A primeira, segundo ele, foi quando o governo impediu a abertura de comissão para investigar a liquidação do Banco Nacional.

Ademir Andrade (PSB-PA) disse o Senado deveria rejeitar a indicação de Teresa Grossi, entre outros motivos, pelo fato de haver uma manifestação contrária unânime dos funcionários da instituição, através do sindicato nacional e dos sindicatos regionais.

Romero Jucá (PSDB-RR) esclareceu que estava votando favoravelmente à indicação de Teresa, por entender que ela não teve

qualquer participação ativa no episódio. “Não vou remeter Teresa à fogueira. A CPI não a incluiu entre os suspeitos, sequer determinou a quebra de seus sigilos telefônico, fiscal e bancário”, disse.

Amir Lando (PMDB-RO) notou que, com a indicação, o governo federal estava fazendo o “Senado engolir letra por letra” o relatório da CPI dos Bancos, que nas suas conclusões apontou irregularidades, em virtude das quais Teresa Grossi foi indiciada pelo Ministério Público.

Lauro Campos (PT-DF) previu que o presidente Fernando Henrique Cardoso se arrependera em pouco tempo de seu ato, indicando Teresa Grossi, quando a Justiça se posicionou sobre os quatro processos nos quais ela foi indiciada pelo Ministério Público, a partir de sugestão da CPI do Sistema Financeiro.

Jefferson Péres (PDT-AM) lamentou que “este dia vai ficar, infelizmente,

na história do Senado, como o dia em que considerou de reputação ilibada uma senhora de reputação manchada”. Dirigindo-se ao presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, o senador observou que a votação levará por água abaixo todo o seu esforço para defender o prestígio do Senado.

Geraldo Cândido (PT-RJ) afirmou que, quando a imprensa critica e o povo fala mal do Congresso, é exatamente por “atitudes precipitadas e desastrosas” como a de aprovar o nome de Teresa Grossi.

Sebastião Rocha (PDT-AP) procurou explicar o fato de a maioria dos senadores que se manifestaram terem sido da oposição. “Quando a bancada governista emudece é porque faltam argumentos”, comentou.



Suplicy



Saturnino



Heloísa



Emília



Dutra



Valadares



Ademir



Jucá



Lando



Lauro



Jefferson



Cândido



Rocha

Dirigente prega desobediência à Lei Pelé

Presidente da Federação de Futebol do Rio de Janeiro, Eduardo Viana diz que transformação compulsória de clubes em empresas é inconstitucional e não deve ser cumprida. Jornalista Juca Kfourri prega a extinção dos bingos

Ao depor ontem na comissão mista destinada a apreciar a medida provisória que altera a Lei Pelé, o presidente da Federação de Futebol do Rio de Janeiro, Eduardo Viana, defendeu a desobediência civil ao dispositivo legal que obriga os clubes a virarem empresas. Ele qualificou essa exigência da Lei Pelé de “inconstitucional”, acrescentando que, assim sendo, “não deve ser obedecida”.

Eduardo Viana manifestou-se a favor da manutenção dos bingos. “Eles não devem ser extintos, sem que se coloque outra coisa em seu lugar”, afirmou o presidente. Na opinião dele, os bingos são uma importante fonte de recursos para o esporte amador.

O presidente da federação fluminense ressaltou, contudo, que a MP que institui a taxa dos bingos deve ser reformulada, sobretudo no tocante ao pagamento dos impostos. No seu entender, o assunto deve ficar a cargo do agente executor da casa de jogos, e não dos presidentes das federações esportivas.



Juca Kfourri, Maguito Vilela, deputado Ronaldo Vasconcelos e Eduardo Viana, durante debate na comissão

— O Chico Recarey explorou bingos no Rio de Janeiro, mas deixou de recolher os impostos. Hoje, eu, como presidente da Federação de Futebol do Rio de Janeiro, estou pagando dívidas fiscais de R\$ 800 mil, e isso não é justo — frisou.

Também depoente na reunião da CPI dos Bingos, o jornalista Juca Kfourri pregou a extinção, pura e simples, dos bingos. Ele disse que “legislação desportiva é uma coi-

sa, e bingo é outra”. Ele defendeu a manutenção da atividade apenas se for regulada por outra legislação, que não a desportiva.

Já o relator da CPI, senador Maguito Vilela (PMDB-GO), adiantou que elaborará um parecer que vai refletir a vontade da maioria da comissão, e não só a sua. Ele disse que, se pudesse manifestar sua vontade pessoal, “liquidaria com os bingos”, mas completou:

— Quem vai financiar o esporte

amador? De onde tiraremos recursos para essas modalidades esportivas? — perguntou Maguito.

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) sugeriu a criação de uma “espécie de Constituinte”, específica para elaborar uma legislação desportiva. Ele garantiu que há lavagem de dinheiro do tráfico de drogas nos bingos brasileiros, e afirmou que vai votar contra a MP que altera a Lei Pelé. “Ela é um monstro”, disse.



Para Ernandes Amorim, a venda deve ser feita na quantidade exata prescrita pelo médico

Amorim quer mudar forma de comercialização dos remédios

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) apresentou projeto que prevê a venda de medicamentos em comprimidos, cápsulas ou ampolas injetáveis apenas na quantidade exata para atender à prescrição médica. Em sua justificativa Amorim alega que as sobras de remédios não podem ser empregadas em outras circunstâncias, a não ser as determinadas pelo médico, e não há como doá-las, já que o uso depende de receita médica.

“Quando adquirimos medicamentos em maior quantidade do que a necessária, sabemos de antemão que estaremos literalmente jogando fora parte do dinheiro despendido e ainda seremos obri-

gados a tomar medidas para dar um destino apropriado à porção excedente”, disse o senador.

Amorim disse que os lucros crescentes a cada ano obtidos pelas indústrias farmacêuticas no Brasil permitem aos laboratórios viabilizar a venda de medicamentos na quantidade exata indicada pelo médico ao paciente.

Ele afirmou não haver brecha para a falsificação de medicamentos em seu projeto, pois, segundo ele, o poder público, juntamente com os representantes dos laboratórios, irá propor formas para vender medicamentos por unidade sem colocar em risco a saúde da população.

Impasse sobre SUS adia a votação do Orçamento

Um impasse sobre o substitutivo do relator-geral do projeto do Orçamento de 2000 impediu que fossem votados ontem os últimos destaques da proposta, obrigando o presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), a adiar as votações para amanhã, às 10h.

O impasse se deve à decisão da comissão de determinar ao Sistema Único de Saúde (SUS) que tenha o mesmo gasto *per capita* em todos os estados, eliminando a tabela de

valores diferenciados enviada pelo Executivo. Com isso, o gasto ficará unificado em R\$ 58,44 por pessoa, contra uma tabela que variava de R\$ 62,55 (RJ) a R\$ 28,42 (AP). Mas a equalização exigirá a mais do governo R\$ 1,58 bilhão e a comissão não determinou verbas para a mudança, decidindo que o Executivo destinaria prioritariamente ao SUS toda arrecadação adicional. O governo não concorda com o caminho sugerido pela CMO.

Durante quatro horas, o relator-geral, deputado Carlos Melles (PFL-MG), reuniu-se na tarde de ontem com líderes partidários na tentativa de um acordo. Em nome do governo, o deputado Alberto Goldman (PSDB-SP) não concordou com o texto da comissão. “A comissão deve tirar o dinheiro do SUS de algum lugar. Ou, então, deve desistir da equalização dos gastos”, afirmou Goldman à imprensa.

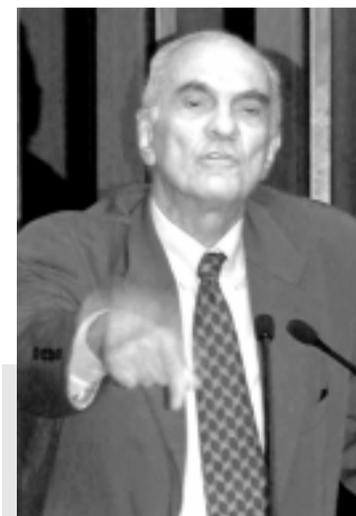
Goldman defende que Melles reúna-se com os ministros do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, e da Saúde, José Serra, junto com líderes partidários na CMO. “É melhor tentar resolver isso numa reunião com todos”, sugeriu o deputado.



Gilberto Mestrinho adiou para amanhã as últimas votações do Orçamento deste ano na CMO

Roberto Saturnino é o novo líder da bancada do PSB

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) comunicou ontem à Mesa do Senado que o Partido Socialista Brasileiro decidiu desligar-se do Bloco Oposição, integrado agora apenas pelo PT e pelo PDT. Ele informou que esse desligamento não resulta de nenhuma manifestação de divergência com o comportamento daqueles partidos, mas apenas da deliberação de dar mais destaque ao PSB nos trabalhos do Senado. Na ocasião, Saturnino também declarou que o PSB decidiu indicá-lo para ser líder do partido na Casa. Também ontem, o Senado renovou a permissão outorgada à Rádio Emissora Fandango para explorar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Cachoeira do Sul (RS). Com a exceção do senador Tião Viana (PT-AC), o PT absteve-se de votar. A decisão agora vai à promulgação. Na mesma sessão, o Senado aprovou requerimento do senador Edison Lobão (PFL-MA) para destinar a Hora do Expediente do 18 de abril a celebrar a passagem do aniversário do jornal *Gazeta Mercantil*.



O senador Roberto Saturnino comunicou à Mesa o desligamento do PSB do Bloco Oposição



Francelino: diminuição dos benefícios fiscais aplicados no Nordeste ocorre desde 1997

Sudene precisa de mais recursos, diz Francelino

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) pediu a liberação de mais recursos para a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), com vistas a reduzir as desigualdades regionais do país. Ele informou que nos últimos anos houve uma queda no volume dos benefícios fiscais aplicados no Nordeste e outras regiões abrangidas por aquele órgão federal, como o norte do Espírito Santo e o Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais.

Para Francelino Pereira, a anunciada modernização da Sudene pode melhorar o trabalho da instituição, mas, se os recursos não forem suficientes para cumprir os seus objetivos sociais, de nada adiantarão os esforços burocráticos.

Tomando por base os dados oficiais da Sudene, Francelino Pereira informou que a diminuição dos benefícios fiscais aplicados no Nordeste vem ocorrendo desde 1997, quando se registrou um percentual de 13,9% do total aplicado em outros organismos de desenvolvimento regional. Em 1998, o percentual caiu para 13,8%, e no ano passado, para 11,6%.

— Enquanto isso, a região Sudeste foi contemplada com 42,8% dos recursos oriundos de renúncia fiscal, participação que cresceu, em 1998, para 44%, chegando praticamente à metade do total nacional no ano passado, quando alcançou 49,8% — disse o senador, ao informar que a redução também ocorreu nas regiões Norte, Sul e Centro-Oeste, “agravando ainda mais o quadro das desigualdades regionais”.

Mauro Miranda pede medidas para combater estagnação da renda rural

Senador adverte que o produtor tem dificuldades para assegurar o custeio da safra e honrar seus compromissos, ao mesmo tempo em que a migração para as áreas urbanas aumenta

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) alertou para a necessidade de medidas que fortaleçam o campo, lembrando que os números revelam que a *performance* da agropecuária brasileira, em 1999, foi negativa, com queda do faturamento bruto em relação a 1998. Ele frisou que a estagnação da renda rural, no ano passado e em toda a década de 90, significa o endividamento contínuo e permanente dos produtores.

— Os dados do Valor Bruto da Produção (VBP) indicam uma clara diminuição de renda no

campo, justificando plenamente a incapacidade de os produtores agrícolas gerarem ganhos suficientes para responder satisfatoriamente ao custeio da safra e para honrar os seus compromissos do estoque da dívida — afirmou o senador.

De acordo com Mauro Miranda, esse quadro de estagnação solapa a economia e se traduz em migração e no inchamento das periferias urbanas, frustrando as esperanças de um setor agropecuario próspero, “que poderia ser a locomotiva do país”.

O senador observou que o ín-

dice VBP caiu 0,7% em 1999, e que a redução seria maior não fosse o bom desempenho dos produtos da pecuária, que cresceram 7,4%. Ele esclareceu que essa é a média geral de 25 produtos, abrangendo a pecuária e a agricultura. A pecuária, acrescentou, saiu-se melhor, mas a agricultura apresentou queda.

“O baque” no valor da produção agrícola resultou, essencialmente, da queda de renda dos produtores de laranja, cana-de-açúcar, café e batata inglesa, além do arroz e do trigo, segundo Mauro Miranda.



Mauro Miranda observa que a performance da agropecuária brasileira foi negativa em 1999

Setor agrícola pode exportar US\$ 45 bi até 2002, afirma Mozarildo

Ao atingir uma safra superior a 83 milhões de toneladas de grãos nos últimos anos, o Brasil está capacitado a alcançar a meta de US\$ 45 bilhões em exportações de produtos agrícolas até 2002. A afirmação é do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), para destacar o apoio que o governo federal vem dando ao setor. Segundo o senador, os financiamentos concedidos aos produtores rurais e cooperativas aumentaram em R\$ 8,2 bilhões a partir de 1996.

Mozarildo afirmou que as ações do Ministério da Agricultura, dando prioridade à modernização das



Mozarildo Cavalcanti destaca ações do governo e experiência do ministro da Agricultura

atividades de produção agrícola, e a experiência política e administrativa do ministro Pratini de Mo-

rais deverá contribuir para o alcance da meta prevista para 2002, apesar dos obstáculos colocados por países mais ricos para “inviabilizar” os objetivos da Rodada do Milênio, da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizada em Seattle, nos Estados Unidos.

O senador alertou, porém, para a necessidade de mudanças no setor, com vistas a aumentar a competitividade dos produtos brasileiros no mercado externo. Ele defendeu nova legislação sobre ar-

mazenagem, tributação mais compatível com a atividade agrícola, facilidades de operação nas bolsas de mercadorias, tratamento preferencial para a pequena agricultura familiar e taxas de juros compatíveis com as praticadas por países mais desenvolvidos.

— O Congresso Nacional certamente dará todo apoio necessário ao desenvolvimento e modernização de nossa agricultura, o que também significa maior desenvolvimento de nossa economia e melhoria das condições sociais e econômicas do povo brasileiro — afirmou.

Alcântara aponta rumos para o combate à fome e à miséria

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) apontou quatro caminhos para combater a fome e a miséria no Brasil: a retomada do crescimento econômico, a adoção de políticas distributivas de terra, crédito e educação, metas para a redução do preço dos alimentos aos consumidores e um conjunto de políticas assistenciais dirigidas aos mais pobres. Segundo Alcântara, o desenvolvimento econômico é o fator principal para dar bem-estar à população.

— Cenários de estagnação diminuem o montante de riqueza nacional *per capita*, com conseqüências desastrosas para os mais pobres, que menos dispõem de mecanismos de defesa. Se os ricos enfrentam dificuldades, se a classe média se

pauperiza, os pobres entram, de imediato, na indigência, e passam de uma situação de pobreza para uma de miséria e fome — enfatizou.

Quanto à proposta da adoção de políticas distributivas de terra, crédito e educação, Alcântara disse que a totalidade dos serviços públicos tem papel relevante para a diminuição da pobreza. Ele frisou ainda que é fundamental assegurar a oferta pública equânime de serviços de saúde e saneamento básico em todas as regiões do país e camadas sociais.

Segundo o senador pelo Ceará, a redução dos preços dos alimentos aos consumidores é um mecanismo eficaz para melhorar o nível de vida dos mais pobres. “As políticas que resultem em ganhos



Lúcio Alcântara confia na aprovação, pelo Congresso, do Fundo de Combate à Pobreza

de produtividade agropecuária, em redução de margens de lucro na distribuição de alimentos e aumento da oferta encontram-se nesse espaço”, disse, ao comen-

tar que o país carece de uma política mais eficiente voltada para a agricultura, com objetivo de aumentar a área plantada.

Lúcio Alcântara também considerou ser importante a ampliação de políticas assistenciais, como as de renda mínima, porque geram conseqüências a curto prazo e atendem aos carentes enquanto as demais providências se desenvolvem. “A entrega de dinheiro ou alimento a quem deles carece tem impacto imediato sobre o nível de desnutrição do beneficiário”, afirmou.

O senador disse que confia na aprovação, pelo Congresso, da emenda constitucional que cria o Fundo de Combate à Pobreza, que vai proporcionar recursos para o alcance dessas metas.

Quintanilha fala sobre projeto que rotula os transgênicos



A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) está discutindo um projeto de autoria do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) que estabelece a rotulagem de produtos transgênicos. O relator do projeto, senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), que apresentou parecer favorável, fala sobre a matéria em entrevista que vai ao ar hoje, na TV Senado, às 3h30 e 7h30.



Quintanilha é o relator da proposta que estabelece rotulagem de transgênicos

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

0h55 – Senado em Pauta
1h – Debate: O senador Bernardo Cabral e o Embaixador do Canadá, Richard Kohles, falam sobre as relações Brasil-Canadá
1h55 – Senado em Pauta
2h – Unip: Catarata
2h25 – Senado em Pauta
2h30 – Jornal do Senado
2h55 – Senado em Pauta
3h – Cores do Brasil: Turismo em Marajó
3h30 – Entrevista: O senador Leomar Quintanilha fala sobre os alimentos transgênicos
3h55 – Senado em Pauta
4h – Jornal do Senado
4h25 – Senado em Pauta
4h30 – Unip: Catarata
4h55 – Senado em Pauta
5h – TV Escola – Educação Especial: Escola, a primeira aventura
5h30 – Cores do Brasil: Turismo em Sergipe
5h55 – Senado em Pauta
6h – Unip: Catarata
6h25 – Senado em Pauta
6h30 – Debate: O senador Bernardo Cabral e o Embaixador do Canadá, Richard Kohles, falam sobre as relações Brasil-Canadá
6h55 – Senado em Pauta
7h30 – Entrevista: O senador Leomar Quintanilha fala sobre os alimentos transgênicos

7h55 – Senado em Pauta
8h – Jornal do Senado
8h30 – TV Escola – Educação Especial: Escola, a primeira aventura
8h55 – Senado em Pauta
9h – Comissão de Assuntos Sociais (vivo)
Logo após: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
14h30 – Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após: Comissão de Assuntos Sociais
21h – Jornal do Senado
21h30 – Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – Agenda Senado
Em seguida – Música e informação
9h – Comissão de Assuntos Sociais
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida – Música e informação
19h – A Voz do Brasil
Em seguida – Música e informação
20h30 – Senado em Linha Direta – Edição Nordeste
Em seguida – Música e informação
21h – Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida – Música e informação
21h30 – Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste
Em seguida – Música e informação
0h – Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida – Música e informação

Marina propõe que seringueiro receba o seguro-desemprego

Senadora elaborou projeto que assegura o benefício no valor de um salário mínimo também para os pescadores profissionais

A senadora Marina Silva (PT-AC) apresentou projeto que determina o pagamento do seguro-desemprego a pescadores profissionais e extrativistas vegetais que exerçam suas atividades de forma artesanal, individualmente ou em família, sem a contratação de terceiros.

Segundo a proposta, o auxílio será no valor de um salário mínimo mensal, no período de proibição da atividade pesqueira e quando não for recomendável a extração vegetal. O projeto foi encaminhado a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em decisão terminativa. Caso seja aprovada, a matéria segue direto para a Câmara dos Deputados, a não ser que 10% dos senadores, por meio de requerimento, queiram apreciá-la em Plenário.

O projeto estabelece que, para re-

ceber o benefício, o extrativista deverá apresentar registro profissional, comprovante de que trabalhou no setor e comprovante de contribuição previdenciária, além de renda de até um salário-mínimo. Se for seringueiro, o trabalhador deverá apresentar ainda registro profissional do Ibama, emitido há no mínimo três anos, e atestado do Conselho Nacional de Seringueiros.

Em sua justificativa, Marina alega que as atividades pesqueiras e extrativistas continuam desempenhando importante papel socioeconômico na região amazônica e, por serem atividades instáveis – com períodos de paralisação –, necessitam de mecanismos que assegurem aos que as exercem um fluxo regular de renda.

O setor pesqueiro e extrativista



Marina: atividades pesqueiras e extrativistas têm grande relevância econômica

torna-se ainda mais importante na medida em que as mudanças tecnológicas e organizacionais na esfera da produção, em curso na economia brasileira, apontam para um decréscimo nas taxas de crescimento da geração de empregos – conclui Marina Silva.

Projeto de Cândido isenta ciclomotores e motos do pedágio em rodovias federais

Projeto de lei do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) determina a isenção do pagamento de pedágio em rodovias federais para motocicletas, motonetas e ciclomotores. A matéria, encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), será examinada em caráter terminativo, seguindo direto para a Câmara dos Deputados caso seja aprovada e não haja re-

curso para votação em Plenário.

De acordo com o projeto do se-

nador, ficam isentos do pagamento de tarifa de pedágio nas rodovias federais as motocicletas, as motonetas e os ciclomotores, além dos veículos oficiais e os do Corpo Diplomático, já isentos da tarifa pelo Decreto-Lei n.º 791, de 27 de agosto de 1969, que dispõe sobre o pedágio.



Cândido: motos são alternativa econômica mais acessível

Segundo Cândido, os veículos motorizados de duas rodas constituem uma alternativa econômica, acessível às pessoas financeira-

mente impossibilitadas. Além disso, esses veículos apresentam melhor rendimento de combustível com relação aos demais:

– Num país em que economizar combustível é uma prioridade, deveriam vigorar medidas de incentivo a alternativas de transporte energeticamente mais eficientes. Em lugar disso, o que se observa é a penalização indevida dos usuários de veículos que, além de poupadores de combustível, em quase nada contribuem para a deterioração das vias por onde trafegam – disse o senador, ao solicitar urgência para a adoção da medida.

Suassuna pretende criar conselho federal para fiscalizar os corretores de seguros

A criação de conselho com o objetivo de fiscalizar e disciplinar o exercício da profissão de corretores de seguros em todo o país é tema de projeto do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que tramita em caráter terminativo na Comissão de Assuntos Sociais. A proposta abrange ainda os corretores de títulos de capitalização e de previdência.

A estrutura idealizada pelo senador compõe-se de conselho federal, conselhos estaduais e assembleia geral da categoria. Entre as atribuições do Conselho Fe-

deral está a aplicação de leis e regulamentos, visando o bom desempenho profissional e ético dos profissionais. Os conselhos regionais seriam responsáveis pelo cadastro e inscrição de corretores e aplicação de penas disciplinares. A diretoria de cada órgão seria eleita por assembleia geral com mandato de três anos. Os cargos não são remunerados e os empregados deve-



Suassuna: cargos de diretoria não serão remunerados

rão ser subordinados ao regime das leis trabalhistas.

Na justificativa da matéria, Suassuna destacou a importância de se fiscalizar de maneira mais rigorosa as atividades exercidas por corretores de seguros, de capitalização e de previdência privada, e afirmou que o projeto traria inúmeros benefícios à sociedade, que frequentemente utiliza esse tipo de serviço.



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7



Luzia qualifica como "confisco" a cobrança de contribuição previdenciária de aposentados

Luzia critica contribuição de aposentados à Previdência

Ao falar da proposta de emenda constitucional, em tramitação na Câmara dos Deputados, que institui a contribuição previdenciária para aposentados e pensionistas, a senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) manifestou-se contrária à idéia. Para ela, o projeto é um desrespeito aos direitos adquiridos dos servidores públicos e pensionistas e, se aprovado, irá ocasionar uma brusca diminuição dos seus rendimentos, "caracterizando um autêntico confisco".

Entende Luzia Toledo que os aposentados e pensionistas, bem como todos os funcionários públicos, passam por um verdadeiro arrocho salarial, e a criação da chamada Contribuição para o Plano de Seguridade Social (PSS) viria achar ainda mais os já "minguados proventos dos inativos".

A senadora, após informar que recebeu um abaixo-assinado enviado pela Associação dos Aposentados da Universidade Federal do Espírito Santo, contrário à aprovação do projeto, lembrou o "aviltamento" da condição financeira dos servidores públicos, que, conforme afirmou, encontram-se sem aumento salarial há mais de cinco anos, apesar de uma inflação acumulada no período superior a 70%.

Luzia citou trecho de uma palestra feita pelo professor Vítor José de Castro, da Fundação Educacional do Distrito Federal, no qual ele considera "sádica a idéia de se desvincular o salário dos aposentados e pensionistas dos critérios vigentes para ativos e inativos".

Projeto de Jucá impõe controle sobre produtos que estimulam a violência

Parlamentar sugere fixação de selo de advertência na embalagem de mercadorias voltadas para o público infanto-juvenil sempre que elas forem julgadas incitadoras de atos violentos

A propaganda e a venda de produtos que incitam a violência foram condenadas pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR), que também externou sua preocupação com a indústria do entretenimento dirigida ao público infantil e adolescente. Segundo o parlamentar, essa indústria mostra a violência como solução para diversos problemas, sem avaliar as consequências da agressão.

O senador disse ter apresentado dois projetos para tentar inibir a comercialização de materiais indutores de violência. O primeiro propõe a criação de um selo a ser afixado nas embalagens de brinquedos, fogos de artifício, roupas, filmes e revistas com a inscrição de que o produto pode incentivar a violência. Similar advertência seria usada em programas de televi-

são e rádio.

O segundo projeto estabelece a elevação da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Importação, até o máximo valor, sobre produtos que vierem a ser declarados potencialmente incitadores de atos de violência pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

— As causas do brutal agravamento da violência em nosso meio são múltiplas e complexas. Não pode haver qualquer dúvida, contudo, de que um dos fatores a contribuir para essa escalada é a propaganda e venda maciça de produtos que, aparentemente destinados à diversão e ao lazer, são, na verdade, portadores de enorme potencial de incitação a atos nocivos à vida social — afirmou Jucá.



O senador Romero Jucá acha que o Conanda é quem deve definir se o produto incita ou não a violência

Patrocínio quer tornar hediondos crimes sexuais contra crianças e jovens

Projeto do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) inclui os crimes sexuais contra crianças e adolescentes no rol dos crimes hediondos. Acatada a proposta, ficaria impedida a concessão aos praticantes desses delitos os benefícios da fiança, da liberdade provisória e da progressão de regime. O projeto tem como relator o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) e está tramitando em caráter terminativo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Conforme o projeto, serão considerados crimes hediondos a corrupção de menores e a utilização de crianças e adolescentes em produções teatrais, televisivas ou cinematográficas pornográficas ou de sexo explícito.

— A exploração e a violência sexual cometidas contra crianças e adolescentes têm aumentado assustadoramente, devido ao grande empobrecimento da maioria da nossa população. Dessa forma, propomos, com o objetivo de aperfeiçoar a repressão penal da



Para Patrocínio, a violência sexual contra adolescentes e crianças está aumentando "assustadoramente"

pedofilia, que a corrupção e o uso de menores, previstos no Código Penal e no Estatuto da Criança e do Adolescente, também sejam hediondos — justificou o senador.

Pelo Código Penal, a corrupção de menores tem punição de um a quatro anos de reclusão. Já o Estatuto da Criança e do Adolescente pune o uso de cenas de sexo de menores com o mesmo período de reclusão, além de multa.

Ney Suassuna alerta para aumento do número de homicídios

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) lamentou o resultado de pesquisa registrada pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos que mostra a elevação do número de homicídios dolosos ocorridos em 1999. Os dados revelam que foram cometidos cerca de 37 mil assassinatos no ano passado, 2.750 a mais que em 1998. O senador destacou que o índice é superior ao triplo do número de mortos na guerra de Kosovo.

Suassuna informou que o país possui um dos mais altos índices de violência do mundo. Um ranking de 37 países elaborado pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) classificou o Brasil em terceiro lugar em número de assassinatos de jovens entre 15 e 24 anos, ficando atrás somente de Colômbia e Venezuela, ambos os países atingidos pelo narcotráfico e, no caso da Colômbia, também pela guerrilha.

O senador destacou o fato de a insegurança ter se tornado o motivo de maior preocupação não só da população das grandes metrópoles, como também daqueles que vivem nas pequenas e médias cidades do interior. Segundo ele, a ausência de oportunidades de empregos, o crescimento desordenado das grandes cidades, a desagregação de valores éticos e o estímulo a

uma cultura de violência por parte dos meios de comunicação são alguns dos responsáveis pelo aumento nos índices de violência.

A necessidade de desarmar a sociedade brasileira foi defendida por Ney Suassuna como uma das formas de reduzir o problema. Ele registrou o empenho do Poder Legislativo nesse sentido, mencionando três projetos que tramitam no Senado, tornando mais rigoroso o controle da venda e do porte de armas de fogo.

Suassuna citou ainda pesquisa realizada por um cientista político no Rio, apontando que 4,5% dos domicílios cariocas possuem armas de fogo e somente 19% dos entrevistados acreditam que elas tornam uma casa mais segura.



Suassuna citou dados da Unesco que põem o Brasil entre os países com mais altos índices de violência